

OUTROS ARTIGOS

NOVOS ASSOCIATIVISMOS E TEMATIZAÇÕES NA SOCIEDADE PORTUGUESA

Susana da Cruz Martins

Resumo O texto apresentado assenta numa perspectiva de compreensão dos novos associativismos, através das propostas teóricas dominantes sobre os novos movimentos sociais (NMS). Tal objectivo, apesar de orientado para ilustrações do cenário nacional de acção colectiva, não escamoteia os processos de globalização implicados nestas dinâmicas e protagonismos associativos.

Palavras-chave Associações sem fins lucrativos, acção colectiva.

O artigo que aqui se apresenta toma como perspectiva central a análise das *organizações sem fins lucrativos* enquanto expressão de novos movimentos sociais (NMS), a nível nacional. Assim, pretendeu-se testar a transposição de teorias e modelos de análise (dos quais se podem destacar os apresentados por Alberto Melucci, Claus Offe, Klaus Eder, Alain Touraine, Anthony Giddens, etc.) para o contexto nacional. Tal permitiu, por um lado, conhecer as possibilidades de alargamento analítico a um espaço estrutural e culturalmente diferente e, por outro, dar conta das grandes influências culturais de organizações que deram expressão a movimentos sociais contemporâneos.¹

Em articulação com este interesse, está o objectivo geral de realizar uma análise sociológica sobre as novas tematizações e contradições sociais de que os NMS são os grandes protagonistas. Nesta medida, destacar-se-ão dois aspectos de relevo analítico:

- a *localização de protagonismos sociais* que encontram fundamento na estrutura e na cultura social e que produzem, em simultâneo, transformações e continuidades observáveis nas formas de acção colectiva e na reflexividade face às instituições da sociedade moderna;
- a análise dos factores culturais, económicos, sociais e políticos do contexto nacional, numa perspectiva que permita o entendimento da *construção de identidades colectivas contemporâneas*.

Esta abordagem aos novos associativismos, com ancoragem teórica nas perspectivas dos NMS, permite uma análise às novas dinâmicas do terceiro sector e um enquadramento sustentado nas principais tendências e tematizações das sociedades contemporâneas.

1 Este artigo retoma uma parte da análise desenvolvida no âmbito da tese de mestrado de Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação (ISCTE), intitulada *Associações e Modos de Acção Colectiva no Âmbito dos Novos Movimentos Sociais*, defendida em Fevereiro de 2002.

Os novos associativismos: uma proposta teórico-metodológica dominada pelas perspectivas dos novos movimentos sociais

Introdução ao conceito “(novos) movimentos sociais”

Como ponto de partida revela-se imprescindível facultar alguns entendimentos, pela sua centralidade na problemática proposta, sobre movimentos sociais.

O conceito de movimento social remete-nos para um processo (uma dinâmica social específica) através do qual diversos actores — indivíduos, grupos informais e organizações — constroem uma autodefinição, a facção que está do mesmo lado num conflito social (Diani, 1992). Estes movimentos produzem significados em redes de interacção informal entre uma pluralidade de actores que, tendo como base uma identidade colectiva partilhada (crenças e orientações), se envolvem em conflitos culturais e/ou políticos.

Touraine (1994) define de forma genérica movimento social através da simultaneidade de um conflito social e de um projecto cultural. Este autor realça dois aspectos na definição deste conceito: a combinação de um trinómio de princípios (identidade, oposição e totalidade) e a pluralidade de crenças e orientações.

Melucci centra a sua perspectiva no entendimento dos movimentos sociais como um fenómeno colectivo específico de classe social apetrechado de três dimensões: uma forma colectiva de acção que implica solidariedade; envolvimento num conflito e, subsequentemente, oposição a um adversário; e, por fim, a quebra dos limites da compatibilidade com o sistema (Diani, 1992).

A acção colectiva, entendida por Melucci, não é a simples expressão de pré-condições estruturais ou de valores e crenças, resulta também de propostas, recursos e limites, ou seja de “uma orientação proposta construída por significados de relações sociais num sistema de oportunidades e constrangimentos” (Melucci, 1995: 111), onde se envolvem múltiplos actores, com orientações diversas que aí se podem combinar. O entendimento de um “nós” colectivo pode ter por base a combinação de três orientações: os fins das acções (“o sentido que a acção tem para o actor”); os significados (“possibilidades e limites da acção”); e, por fim, as relações com o ambiente (“campo em que a acção toma lugar”) (Melucci, 1995). Klaus Eder (1993) defende que tais formas de acção colectiva só se constituem enquanto movimentos sociais se tiverem como meta explícita a modernização da sociedade.

Para Claus Offe ocorreu uma transição de paradigma político, em que o “velho” se centra essencialmente na distribuição dos rendimentos e na segurança (nomeadamente a militar) e o “novo”, onde os NMS se inscrevem, torna relevantes as questões relacionadas com a identidade e a autonomia (como, por exemplo, os direitos humanos, preservação dos aspectos físicos e estéticos do ambiente). Os novos movimentos, embora não sejam indiferentes àquele tipo de causa, “visam fazer reconhecer direitos culturais” (Touraine, 1999: 72). Segundo Touraine, estes movimentos já não combatem pela sociedade perfeita, mas pelo cumprimento do

direito à igualdade cultural, sobretudo em sociedades frágeis onde se vive com a desordem e a destruição do ambiente.

Estes movimentos culturais transcendem, segundo Eder (1995), o campo das relações industriais e abrem novos campos sociais de conflito, fazendo sobressair as questões da *identidade, expressividade e vida boa*. Também Melucci defende que a grande experiência dos NMS se encontra radicada na esfera cultural, ou seja, apoiada na partilha de significados e nas formas de definir e interpretar a realidade. Estes movimentos sociais que agora se apelidam de “novos” são assim identificados porque, na sua produção simbólica, procuram novos significados de vida, ou seja, engendram “uma gramática de formas de vida” (Diani, 1993, citando Habermas, 1987).

De acordo com Giddens, embora o movimento operário tenha tido uma importância primordial, sobretudo para o desenvolvimento inicial das instituições modernas e do próprio capitalismo, “reflecte uma ênfase unilateral quer no capitalismo quer no industrialismo enquanto únicas forças dinâmicas significativas envolvidas na modernidade” (Giddens, 1995: 131). Como salienta o autor, actualmente outros movimentos têm igual importância, revelando-se o carácter multidimensional da modernidade.

Segundo Melucci (1995), estes novos movimentos balançam-se entre uma qualidade latente e a sua própria visibilidade. Como mostra o próprio autor, a latência permite que se experimentem novos modelos culturais, que configuram as mudanças no sistema de significados, frequentemente opostos aos códigos sociais dominantes. Só quando encontram resistência a níveis específicos na autoridade pública, se dá um nome a esses fenómenos, sendo a acção colectiva e o posicionamento público num confronto o caminho da sua visibilidade. Como explica Melucci, o poder torna-se mais visível quando “outros nomes e significados são oferecidos à sociedade pela prática da acção colectiva” (Melucci, 1995: 114). Este tipo de acção afecta as instituições porque selecciona novas elites, moderniza formas organizacionais, permitindo que novas metas e linguagens ganhem lugar num terreno em constante reconfiguração simbólica.

Os recursos de informação estão no centro dos conflitos emergentes nas sociedades altamente diferenciadas (Melucci, 1995). O que significa, como teorizou Melucci (1995: 113), que as formas contemporâneas de acção colectiva não têm no centro das suas preocupações a produção e distribuição material, mas sim a transformação da racionalidade administrativa de sistemas baseados em informação (que geram significados e comunicação entre os seus membros). Assim, produção e apropriação de recursos ganham outra vertente, a informação como recurso essencial em novas formas de poder e de oposição. Como acrescenta Eder (1993), uma das funções mais relevantes dos movimentos sociais é garantir e acelerar a comunicação de questões na sociedade. Assim, tendo em conta processos de construção identitária, os conflitos podem ser descritos, como o faz Melucci (1995), de acordo com a produção e apropriação daqueles recursos, cruciais para uma sociedade baseada em informação global. Aqui Melucci distingue movimentos sociais de outros tipos de acção colectiva, pois enquanto os

primeiros operam a um nível sistémico, os segundos, embora tenham presentes uma identidade colectiva e um conflito, podem não quebrar os limites de compatibilidade com o sistema.

A forma auto-reflexiva da acção do fenómeno colectivo emergente transforma tal acção numa mensagem que é enviada para toda a sociedade (Melucci, 1995). Estas formas organizacionais são, elas próprias, com os seus modelos de relações interpessoais e tomadas de decisão, expressão de signos associados e incorporados na sociedade como um todo. Assim, os conflitos impulsionam transformações que refundem a linguagem e os códigos culturais que organizam a informação. O grande contributo dos NMS pode-se concentrar na constituição de novos vocabulários, ideias e acções que num passado mais ou menos recente eram desconhecidos ou não entravam no universo do pensável ou do ponderável.

Segundo Kriesi, Koopmans, Duyvendak e Giugni (citados por Appleton, 1999), os NMS podem ainda ser distinguidos de acordo com três tipos principais: os instrumentais (procuram alcançar resultados do tipo instrumental); os da contracultura (cujas metas se prendem com a afirmação de uma identidade externa à sociedade); e da subcultura (que reflectem manifestações culturais de um subgrupo).

Próxima desta tipologia está a de Rucht (1990), que distingue dois tipos essenciais de movimentos: um, em que a lógica de acção é instrumental e, outro, em que é mais expressiva. O primeiro é orientado para o poder (participação, negociação, pressão e confrontação política) e o segundo move-se pela sua identidade (divergência reformista, retiro subcultural e transformação contracultural). Este autor toma por base a distinção de tipos de conflito de Habermas — que têm a ver, por um lado, com o “controlo sistémico” ou, por outro, com padrões do “mundo da vida” —, a que faz corresponder lógicas de acção com estratégias específicas (Rucht, 1990: 162).

Um modelo de análise para compreensão de associativismos emergentes através de NMS

Longe de se ter já esgotado o enunciado de todas as formulações sobre os NMS, continuar-se-á a dar conta de várias dimensões através de um modelo aplicado ao associativismo. Assim, de forma a aprofundar algumas das questões anteriores, deu-se prioridade a uma perspectiva multidimensional, onde se desenvolvem *dimensões centrais para a análise dos movimentos sociais*, como a sua tematização e domínios de acção, a sua identidade, a sua composição social e os valores fundamentais, dos quais se salientam as principais representações político-ideológicas.

A análise destas dimensões permitiu ainda uma articulação entre *os trajectos e formas organizacionais* — aprofundando as condições de emergência das associações, as suas feições organizacionais, a sua dimensão e abrangência e redes de trabalho com outras associações ou entidades — e *os trajectos individuais* —

ilustrados na análise em referência pelas trajetórias biográficas dos dirigentes associativos, tendo em conta os seus recursos escolares e profissionais e as suas redes de sociabilidade.

Tal combinação dimensional, apropriada sob a forma de um modelo de análise, permitiu encontrar alguns perfis, profícuos na discussão de tais problemas, dominantes no debate sobre os movimentos sociais. Mesmo que o tratamento das dimensões de análise seja, neste texto, de carácter mais sintético e integrado.

Aspectos metodológicos da investigação

O campo empírico aqui aprofundado remete para o campo associativo, ou seja, para as *organizações da sociedade civil sem fins lucrativos*. Esta é a referência empírica que se pretende desenvolver, sobretudo no que diz respeito a novas tematizações e repertórios de acção colectiva da sociedade portuguesa contemporânea.

O facto de abordarmos as organizações associativas como indicadores de movimentos sociais emergentes não equivale a dizer que os movimentos sociais são organizações associativas, mesmo que, como refere Diani (1992), sejam um dos seus traços dominantes. Os movimentos sociais que conquistaram alguma importância desde os anos 60, como os de jovens, minorias étnicas e sexuais, consumidores, ecológicos, etc., trouxeram para a sociedade civil a visibilidade destas questões, cujas “organizações não governamentais são um desdobramento deste processo” (Carvalho, 1998: 84). Tendo por referência as sociedades democráticas ocidentais, observa-se que os movimentos sociais que se vão expandindo com força política e lideranças consolidadas, programas estruturados de orientação ideológica e bases organizativas sedimentadas, tendem a reforçar a sua componente formal (Estanque, 1999: 86). Situando estes movimentos preferencialmente no exterior da política partidária ou representativa (nomeadamente das instituições do governo, do sistema de partidos e das estruturas de estado), sustentado por autores como Beck (1994a), as conquistas destes movimentos apresentam tendencialmente um enquadramento institucional do tipo associativo. Assim, o pluralismo cultural, para o qual os NMS contribuem, é em parte realizado pelas associações.

A partir da delimitação possível deste universo, no que diz respeito à sua diversidade e extensividade, seleccionou-se um conjunto de dirigentes, cujas associações ilustrem alguma diversidade das novas temáticas presentes nas sociedades contemporâneas. Assim, através de entrevistas aos dirigentes associativos, procurou-se aprofundar as dimensões do trabalho de investigação numa estratégia mais qualitativa de observação. A escolha destes actores sociais, enquanto interlocutores privilegiados, prende-se com a sua importância na construção de directrizes programáticas de acção, em que a sua discursividade pode evidenciar valores, interesses, conflitos e concepções ideológicas, localizáveis em lógicas de acção específicas. Daí que a entrevista assuma neste estudo um lugar central, enquanto técnica de recolha de informação. Assim,

Lógica de acção	Temas seleccionados	Associações	
Expressividade (identidade)	Grupo I Afirmação de auto-identidade	Minorias sexuais Identidade cultural Minorias étnicas Identidade regional	Opus Gay H2 (Hip Hop) Unidos de Cabo Verde Emp. de Messejana p/ o Desenvolvimento Integrado (Esdime)
		Jovens Estudantes	Conselho Nacional de Juventude (CNJ) As. de Estudantes do ISCTE (AE ISCTE) As. Académica de Lisboa (AAL)
Ambivalência	Grupo II Protecção de hetero-identidades e direitos cívicos	Direitos humanos	Amnistia Internacional (secção portuguesa) SOS Racismo
		Solidariedade/ assistencial	Centro p/ a Cidadania Timorense (CPCT) As. de Apoio a Pessoas com VIH/SIDA (Abraço)
	Grupo III Defesa de causas globais (não centradas na identidade)	Ambiente	As. Nacional de Conservação da Natureza (Quercus)
		Consumo	As. Portuguesa p/ a Defesa do Consumidor (Deco)
Instrumentalidade (poder)	Grupo IV Associativismo de causas centrado num sistema social — o sistema escolar	Participação dos pais e formação	Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap)
		Investigação na educação e pedagogia	Centro de Formação e Educação Permanente (Cefepe)

Figura 1 Mapa e critérios da construção da amostra das entrevistas

realizaram-se entrevistas semidirectivas aos protagonistas das *novas organizações* que integram os movimentos sociais da actualidade.²

A selecção das entrevistas foi inspirada na tipologia de estratégia e acção dos NMS de Rucht (1990), que no percurso da pesquisa foi aprofundada no sentido de uma maior diversidade face aos temas e às lógicas de acção.

Desta forma, propõe-se reflectir a emergência de novos associativismos enquadrados naquilo que são os novos domínios de acção que têm dado corpo aos movimentos sociais do Portugal democrático, com especial incidência nos anos 90.

2 Para um reconhecimento de alguns contextos histórico-sociais do associativismo, do seu universo quantitativo, enquadrado nas suas lógicas e dinâmicas e, ainda, alguns aspectos que dizem respeito à participação dos cidadãos, consultar Martins (2001).

Contextos e perfis sociais dos novos associativismos e seus protagonistas

Diversidade das estruturas organizacionais

Um dos traços das organizações em análise, que desde já se pode destacar, é que as dinâmicas e formas organizacionais são, entre as várias associações com que se tomou contacto, muito distintas. Ou seja, uma primeiríssima característica é a diversidade organizacional que encontramos nestas associações, constituindo um mosaico com imensas variantes.

A multiplicidade de formas que estas associações revelam dá visibilidade à caracterização dos modos de acção interna, enquanto tipificação de Claus Offe (1985). Contudo, nessa mesma diversidade tais entidades não são igualmente progressistas nem tradicionalistas e, na medida das próprias percepções dos dirigentes entrevistados, os modelos de diferenciação horizontal (os de dentro *vs.* os de fora) e vertical (líderes *vs.* membros, ou melhor, direcção *vs.* grupos de trabalho) parecem mais decorrentes da dimensão e complexidade da estrutura em causa, do que da sua aproximação ao “novo paradigma político”. Assim, o primeiro tipo de diferenciação é menor quanto maior a organização associativa e, pelo contrário, a diferenciação dos lugares ocupados na vertical é tanto menor quanto mais pequena for a organização.

Estas associações não trabalham como estruturas isoladas, as suas causas difundem-se e ganham mais importância quando organizadas em redes de trabalho. Muitas delas entraram já em processos de internacionalização, com preocupações que não são estritamente nacionais, fomentando redes de apoio e de impulso daquilo que as move internacionalmente. Esta é, por assim dizer, uma das principais vertentes políticas da globalização. As mais adiantadas neste processo de internacionalização são aquelas cujas estruturas e/ou temáticas se encontram já muito globalizadas, na maioria das vezes sob a forma de (novos) movimentos sociais (referimo-nos pois à Associação Académica de Lisboa [AAL], CNJ [Conselho Nacional da Juventude], Amnistia Internacional, SOS Racismo, Abraço, Quercus e Deco).

Mediatização e externalização das associações

A intervenção em espaços públicos constitui grande parte da razão de ser dos movimentos sociais, sobretudo na afirmação da independência face às instituições políticas. No sentido de se compreender a importância destas instâncias para a intervenção associativa, procurou-se, através dos depoimentos dos seus dirigentes, identificar as suas representações e estratégias para a actuação e apresentação nos espaços públicos.

Estes funcionam como sistemas articulados de tomada de decisão, negociação e representação, em que práticas sociais podem ser expressas e escutadas de forma independente das instituições políticas (Melucci, 1995). Aliás,

segundo Eder (1993), o espaço público funciona como um macrocontexto para os movimentos sociais. Estes são aí “construídos”, compreendendo-se a sua função à luz do processo de construção pública de um actor.

Os movimentos sociais reforçam o princípio de pertença face ao princípio da representação, sendo o primeiro uma participação directa e o segundo indirecta. O pluralismo está mais ligado à pertença, porque diferenças culturais identitárias não são facilmente introduzidas em processos de representação (Melucci e Avritzer, 2000). É nesta medida que, segundo Melucci e Avritzer (2000), a esfera pública se revela um espaço político alternativo, onde são feitas apresentações de identidades e metas plurais. Este espaço abre-se para as interações face a face entre cidadãos, distintas das que ocorrem ao nível do estado. Segundo Boaventura de Sousa Santos (1994), os NMS envolvem-se em lutas cuja acção faz parte da democracia participativa, longe das lutas originais pela cidadania (com fins claros face a uma democracia representativa).

Desta forma, o espaço público cumpre várias funções: permite a formação de solidariedades, a apresentação pública de novas identidades e questões, a formação de redes informais de comunicação e pode ainda constituir um contexto para formas paralelas de deliberação por públicos culturais (Melucci e Avritzer, 2000).

De acordo com Melucci e Avritzer (2000: 524), o espaço público serve a definição contínua do político, e pode capacitar a sociedade para lidar com “a tensão entre o público e o político, usando uma estratégia oposta à da redução de complexidade”. Uma das suas características é a forma como dá voz a necessidades, questões e actores que até agora têm permanecido fora dos limites do sistema político. Segundo Eisenstadt (2000: 74), tal permite “a constituição e reconstrução contínua da esfera ou esferas públicas que sejam autónomas desse mesmo estado, mas que também têm acesso autónomo à arena política, na qual decorre o fluxo de informação politicamente relevante”. A consolidação dos movimentos sociais em espaços públicos independentes é, assim, uma condição indispensável para a dimensão paradoxal da democracia pós-industrial.

As associações em análise constroem genericamente estratégias para a publicitação das suas mensagens. Tais estratégias têm dois tipos de propostas essenciais: as que vão no sentido de fazer circular informação, veiculada sobretudo pelos meios de comunicação (jornais, televisão e rádio), a realização de conferências e colóquios, panfletos e outras publicações; e, ainda, a preocupação em que essa mensagem seja “traduzida” de forma expressiva. Isto é, por exemplo, através da música e concertos, manifestações e desfiles de rua, formas conviviais e, também, através do *marketing* e de campanhas lançadas por empresas de publicidade ao serviço das causas das associações, próximas de lógicas empresariais e posturas profissionalizadas. É neste espaço público que os novos actores colectivos criam novos códigos que, como sugere Melucci (1995), se incorporam sob a forma novos modelos culturais. Tal aspecto é expresso, por exemplo, quando a associação de luta contra o racismo (SOS Racismo) tenta condicionar as referências às etnias e aos imigrantes na imprensa baseadas em generalizações. Outra ilustração prende-se com a “contaminação” de uma linguagem das associações ambientais (com especial

referência nesta investigação à Quercus), com a profusão de expressões como a “prevenção”, “reutilização” e “reciclagem”, para a comunicação social e, até mesmo, para o discurso político.

A absorção destes códigos por parte da opinião pública nem sempre é linear, pois embora muitas das estratégias utilizadas garantam expressividade, nem sempre se colocam para a simplificação e redução da complexidade das temáticas abordadas, ao contrário da tendencial lógica de simplificação dos partidos (aspecto realçado por Melucci e Avritzer, na discussão entre o público e o político). Associações como a Opus Gay salientam até os segmentos da população que protagonizam configurações político-ideológicas que melhor recebem a ideia de diferença nas orientações sexuais (como a homossexualidade), referindo-se a um bloco central ideológico da sociedade portuguesa, que designam como as que tendencialmente votam PS, PSD, PC.

Algumas associações alegam que, apesar do reconhecimento da importância da comunicação social, não têm uma estratégia de comunicação das suas mensagens, apontando como justificação a falta de tempo e a insuficiência de meios (como é o caso da associação Unidos de Cabo Verde, Esdime e o CPCT — Centro para a Cidadania Timorense). Esta ideia vem ao encontro da perspectiva da acção colectiva, que não tem apenas como análise as pré-condições estruturais ou os seus valores e crenças, mas também o sistema de oportunidades e constrangimentos, ou seja, os recursos e limites da organização, conferindo-lhe o sentido e a forma de orientação.

Os espaços públicos têm hoje nos media a sua maior expressão. Aliás, quando se sugeriu que indicassem o tipo de mensagem que passa para a opinião pública e qual a melhor forma de a sensibilizar para as suas causas, os meios de comunicação ganham um realce quase imediato. Tal centralidade manifesta-se no *background* de criação de estratégias para dar visibilidade às suas mensagens, não só pela forma criativa e eficaz, mas também no uso diferenciado de vários meios de comunicação que obedecem a objectivos mediáticos também eles distintos.

Esta capacidade de se transporem para um meio mediático pode, de facto, ser uma forma caracterizadora destas entidades nas sociedades contemporâneas. Sobre-tudo se reconhecermos as “mesclas progressistas” pela capacidade que os diferentes intervenientes têm para se fazerem ouvir na discussão pública e para nela introduzirem temas para a capacitação e emancipação dos cidadãos (Lopes, 2000: 153).³

Outra consideração que surge com alguma frequência nas declarações dos entrevistados é a educação como forma de ampliar os espaços públicos. Ou seja, por um lado, a intervenção nas escolas como forma de prevenção e, por outro, através do sistema escolar e dos seus agentes, o alargar espaços de discussão com pessoas dotadas de mais recursos para constituir uma opinião pública mais informada sobre as várias temáticas e com maior vocação para exercer cidadania activa.

3 Interessante é também constatar que, embora quase todas estas associações tenham página na internet, nenhum dos entrevistados falou desse recurso como um (novo) espaço público em que a informação pode circular com facilidade.

Se internamente se revela difícil aplicar a tipologia de modos de acção de Claus Offe (1985), externamente as associações em análise aproximam-se, sem dúvida, muito mais do “novo paradigma”. Ou seja, estão mais próximas daquilo que o autor designa de protestos criativos, distantes de uma perspectiva da intermediação de interesses corporativistas, da competição partidária e da regra da maioria.

Contexto de emergência das associações

As condições de emergência destas associações cruzam em grande medida os trajectos pessoais com os organizacionais. Uns e outros dão conta de condições sociais e individuais, culturais e económicas que de alguma forma motivaram um grupo de pessoas a empenharem-se. Condições essas que são parte importante da feição e orientação da vida destas organizações.

A associação Esdime e a Unidos de Cabo Verde são aquelas cuja fundação teve como aspectos essenciais a falta de infra-estruturas para o desenvolvimento das comunidades onde actuam. No esforço de ir incrementando projectos de desenvolvimento e apoio para as populações alvo, reconheceram na educação grande parte do fito dos seus projectos.

Os dirigentes de associações como a Opus Gay, a CNJ e a Quercus declaram que o contexto de abertura de Portugal à Europa beneficiou a sua formação, através da contaminação de movimentos europeus já mais avançados na mobilização e reflexão das suas temáticas e na pressão das próprias entidades da UE, nomeadamente no âmbito do ambiente, para que se comesse a actuar em determinadas áreas com a participação activa dos actores da sociedade civil. A Deco, que aparecera poucos meses antes do 25 de Abril, começou por ser um espaço de participação de alguma forma controlado, mas ainda assim constituía uma possibilidade de exercício de cidadania num clima político ditatorial, que se agigantou em tempos democráticos, nomeadamente com a nova abertura que marcou a entrada na UE.

No pós 25 de Abril, altura em que as carências e as dificuldades da escolarização se faziam sentir com muita intensidade um pouco por todo o país, começaram-se a ensaiar formas de alargamento de cidadania no sistema escolar através da participação dos pais. Apesar do associativismo que visa a participação destes agentes se afirmar muito timidamente, foi no final dos anos 70 que se deu início a este movimento associativo, que mais tarde haveria de impulsionar o surgimento de uma confederação, que existe sob a sigla de Confap.

A AAL formou-se numa altura de forte politização do movimento estudantil (não só do superior mas também do secundário) e por manifestações culturais dos estudantes que começavam nesta altura a ganhar consistência (como a Semana Académica de Lisboa).⁴

4 Embora a associação exista desde 1985, essa politização tornou-se mais visível no início dos anos 90 na contestação às provas gerais de acesso ao ensino superior (PGA) e ao então novo modelo de financiamento do ensino superior.

Num contexto histórico mais alargado, surge a Amnistia Internacional, contaminada pelo ambiente da guerra fria, associado a um clima de restrição dos direitos humanos, motivador para o nascimento de um movimento sensível a estas questões.⁵

Ligados a acontecimentos episódicos, mas marcantes e com alguma repercussão na opinião pública, estiveram o nascimento da SOS Racismo e da CPCT. O surgimento da primeira teve por base a motivação de um grupo de pessoas próximas das vítimas dos primeiros ataques dos *skinheads* com gravidade (João Grosso e José Carvalho) altamente mediatizados pelos meios de comunicação, já na transição da década de 1980 para a de 1990. A segunda surgiu na altura em que começaram a chegar com maior regularidade timorenses ao país, povo ao qual a opinião pública portuguesa começava a estar atenta devido à visibilidade da violência de que estava a ser vítima. A associação nasceu para dar assistência e ajudar a ultrapassar as barreiras culturais e burocráticas.

Há contudo associações cuja existência está profundamente marcada pelas personalidades que as fundaram (Opus Gay, Esdime, H2 [Hip Hop], Abraço e Cefepe [Centro de Formação e Educação Permanente]) que, não sendo alheias às outras motivações do contexto histórico e organizacional, tornam tais carismas como forma da sua vitalidade. Este aspecto é ainda mais aprofundado com a associação H2, a Abraço e a Cefepe.⁶ Contudo, destas associações a Abraço é aquela que mais solidamente se conseguiu afirmar como estrutura com um modelo de gestão e actuação eficiente, o que a torna menos vulnerável face ao peso da figura do presidente.

É interessante registar que a maior parte dos dirigentes destas associações retém o 25 de Abril como um marco incontornável de viragem e de abertura ao nível da sociedade civil e do exercício da cidadania. Este aspecto quando não salientado para a compreensão da origem e vida destas associações, é-o por relação aos seus próprios percursos, com contaminações claras na orientação ideológica da associação. No entanto, o 25 de Abril constitui um marco vivido, mas também simbolizado, servindo de metáfora à liberdade e à assunção de uma identidade.

5 Um dos marcos mais simbólicos do início desta organização (no princípio da década de 1960), foi o facto de dois estudantes portugueses terem brindado à liberdade num café em Lisboa e terem sido presos em público. Tal acontecimento fez com que um advogado inglês realizasse um apelo pelos prisioneiros esquecidos, publicado no *Observer* em Maio de 1961, onde focava o caso de seis pessoas dos mais variados quadrantes políticos que estavam presas devido às suas opiniões.

6 Na associação H2, embora se enquadre numa nova forma cultural que não foi inventada pelo grupo que a constitui, o seu líder foi um dos protagonistas centrais no plano nacional. Também a Abraço é marcada por circunstâncias pessoais da dirigente que, dando-se conta das condições pelas quais os doentes infectados passavam nos serviços públicos de saúde, formou um grupo sensibilizado por esta nova questão, para a qual ainda não havia respostas da sociedade civil com credibilidade. A Cefepe é atravessada pelo percurso intelectual e académico de uma personalidade que, junto de umas outras tantas, criou na associação o contexto para reflectir e investigar temáticas ligadas à educação e pedagogia. Actividades estas constringidas no início pelo facto de a associação ter surgido em 1971, ou seja, nos últimos anos de clima autoritário do Estado Novo.

Associações e composição social: formas em movimento

Uma outra dimensão de análise destas associações é a composição social do conjunto dos seus apoiantes. Mais especificamente, e na abordagem aqui privilegiada, as principais características que os dirigentes associativos entrevistados declaram ser as que predominam na composição social da base de apoio às associações que dirigem.⁷

Um dos contextos que tem sido facultado para situarmos a teoria da acção colectiva é o de *classe social*. Tal conceito serve-nos para o entendimento das dimensões respeitantes à composição social da base de apoio de um movimento, bem como para a análise dos trajectos pessoais dos dirigentes associativos. Como sistematiza Eder (1993), existem dois tipos de abordagens centrais que se situam perante o problema de forma distinta, a posição de classe objectiva e a subjectiva. Estas apontam para dois modelos de explicação da acção colectiva: a socioestrutural — em que “é vista como o resultado da estrutura de posição de classe” — e a cultural — que “é o resultado da consciência que os actores têm da sua posição de classe” (Eder, 1993: 142).

Estas perspectivas não foram abandonadas na análise dos NMS, ganharam antes uma roupagem terminológica adaptada à emergência destes movimentos. Autores como Offe (1985) conservam em parte a ideia de que a acção colectiva é determinada por uma posição objectiva de classe, estando na “base da teoria que sustém que os atingidos pelas decisões burocráticas são os actores privilegiados” (Eder, 1993: 142). Assim, este modelo socioestrutural constrói a interpretação dos NMS por referência a variáveis como a regulação política, nomeadamente na esfera privada, o controlo das contradições económicas, o estado-providência e os conflitos que estão subjacentes a estes aspectos, sendo a determinação objectiva de uma classe compreendida ao nível institucional.

Os autores que adoptam a perspectiva pós-materialista (considerando Inglehart um dos mais emblemáticos), têm um entendimento da acção colectiva próximo da segunda abordagem, ou seja, que pode ser “determinada por mudanças colectivas em consciência” (Eder, 1993: 142). Nesta teoria, relativa a uma nova consciência pós-materialista da sociedade, os valores são o mote de novos protestos colectivos, o que faz com que a nova consciência de classe seja, ela própria, constitutiva de novos protestos.

Uma alternativa conciliadora destas duas propostas é, em certa medida, o conceito de *habitus* de Bourdieu. Articulado as estruturas objectiva e subjectiva este conceito revela ainda a reprodução das posições de classe e as suas disposições subjectivas (Eder, 1993: 143). Desta forma, Bourdieu reforça a ideia acrescentando que, uma vez presente num mundo social em que cada um ocupa uma posição,

7 Embora para a reflexão que se segue se utilizem essencialmente as declarações dos dirigentes sobre a composição social das suas associações, a informação precisa e rigorosa sobre as características dos aderentes a estas organizações é pouco conhecida e as associações, muitas vezes, não têm uma base de dados pela qual se possa ter acesso a esta informação de forma completa e anónima.

ocupa também um ponto de vista na cooperação e no conflito, e que essa posição “na estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital, que são também armas, governa as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas que visam conservá-lo ou transformá-lo” (1997: 13).

Um conceito associado ao de classe social, para alguns autores como alternativa para outros como complementar, é a noção de *status*. Como adianta Turner (1989), na sociedade contemporânea existe uma abertura social que possibilita uma grande variedade de grupos, colectividades e estratos envolverem-se em lutas por privilégios e símbolos portadores de distinção social. Se se sublinhar os aspectos sociopolíticos do conceito torna-se mais compreensível a sua demarcação da noção de classe económica (como “sistema de desigualdades económicas face à produção, posse e consumo”) (Turner, 1989: 26).

Também distinto do entendimento das teorias tradicionais, surge-nos o conceito culturalista de classe de Klaus Eder (1993). Este autor procura explicar o efeito de classe sobre a acção colectiva através da mediação daquilo que designa como *textura cultural* de classe. De acordo com Eder, o conceito de classe assume a sua importância quando tido num contexto, ou seja, num espaço de acção definido a que se reporta. O papel da cultura prende-se com significados de comunicação e, à medida que as pessoas aprofundam modos de comunicação, mais se produzem diferenças sociais. No modelo triangular construído por Klaus Eder (*acção colectiva* — como leque de preferências e orientações normativas; *estrutura de classe* — construtos probabilísticos de agregados de posições sociais; e *cultura* — como textura cultural de valores, identidades e conhecimento) a cultura serve de mediação entre acção colectiva e classe, permitindo em simultâneo dinâmicas de estrutura de classe no curso da própria acção colectiva.

Claus Offe (1985) definiu a base social dos NMS através da identificação de três segmentos de estrutura social: a nova classe média (indivíduos qualificados, trabalhadores dos serviços e/ou do sector público, que constituem a parte mais significativa destes movimentos), elementos da velha classe média (comerciantes, artesãos, etc.) e periféricos ou excluídos do mercado de trabalho (estudantes, essencialmente do ensino superior, desempregados ou jovens empregados marginalmente, donas de casa da classe média, reformados, etc.). Assim, os grandes ausentes das reivindicações dos NMS são as classes tradicionais: a classe operária industrial e os grandes agentes da economia e do poder administrativo. Neste seguimento, pode-se dizer que houve uma profunda alteração no modelo de conflito.

Segundo Eder (1995), os activistas envolvidos nos movimentos sociais, ou pelo menos aqueles que aderem às suas reivindicações, são-no não porque se identificam com uma experiência de determinada classe dominada (provavelmente estão até mais próximos da dominante), mas porque se identificam com os valores culturais desses movimentos. O mecanismo de mobilização não ocorre em resposta a uma diferenciação de classe. Não obstante, esta identidade pode ser alicerçada num *status* educacional, ocupacional ou político. Segundo Pakulski (1995), a classe social torna-se insuficiente para conhecer as pessoas activistas, envolvidas, ou apenas simpatizantes dos NMS. Nesta medida a sua base social é compreendida também através de outras variáveis, como mobilidade social, geração, etc.

Para Melucci (1995) e Maheu (1995), o conceito de classe social, na explicação de conflitos sistémicos, é demasiado conotado com a sociedade industrial capitalista. Contudo, mesmo os mais críticos consideram esta noção importante como ferramenta analítica para “definir um sistema de relações de conflito em que os recursos sociais são produzidos e apropriados” (Melucci, 1995: 117). Segundo Habermas (1994), não se pode cancelar por completo as oposições de classe para a análise da acção colectiva, pois elas têm reflexos nas tradições subculturais e criam correspondências, não só nos costumes e níveis de vida, mas também nas atitudes políticas dominantes.

No que a esta problemática diz respeito, interessa compreender o papel das classes médias no aumento dos NMS e que tipo de influência imprimem às suas características essenciais. Se considerarmos historicamente as classes médias, verificamos que a sua posição entre a classe trabalhadora e os capitalistas lhes coloca um problema de identidade. Enquadradas numa estrutura de oportunidade social, as classes médias definem-se pela sua localização específica e possível nas relações de classe. Contudo, as classes médias fazem uso de uma semântica própria que, apesar da sua ambivalência identitária, as enquadra numa estrutura específica de oportunidades culturais (que integra a ideia de uma estrutura de oportunidade social). Podemos considerar dois conceitos primordiais: o de *vida boa* e o de *relações sociais consensuais* (Eder, 1995).

A melhoria dos níveis de escolaridade é notada na participação também devido à especificidade técnica que envolve os assuntos (abstracções nos campos da economia, da técnica, do ambiente ou do direito) em que se empenham. Pode-se afirmar que existem grupos sociais que, através de uma experiência cultural de mobilidade ascendente traduzida no nível educacional e na presença activa no sector dos serviços pessoais, criam oportunidades de mobilização no campo dos conflitos, designadamente no que respeita às irracionalidades do sistema, que a sua prática e experiência profissionais muitas vezes sublinham.

Um elo possível entre a nova classe média das sociedades modernas avançadas e os NMS é, utilizando um instrumento conceptual de Pierre Bourdieu, o *habitus da pequena burguesia* (Eder, 1993). Com o desenvolvimento da classe média que acompanhou o desenvolvimento da sociedade de serviços, a pequena burguesia tem ganho um novo significado. Pierre Bourdieu (1979) apresenta-nos uma perspectiva deste conceito tripartida em três fracções. Na fracção *pequena burguesia nova* encontram-se “intermediários culturais” e aqueles que facultam “consertos sociais” para os serviços; são eles na sua grande maioria trabalhadores do sector social, psicólogos, professores, etc. (Eder, 1993). Uma das análises que se pode retirar dos depoimentos dos dirigentes entrevistados é que, de facto, a fracção de classe mais realçada é a *pequena burguesia nova*, ou seja, os profissionais da área do social e professores, aqueles que supostamente estão mais atentos às desvantagens do sistema. Contudo, e a partir dos depoimentos em causa, podemos dizer que, se é perceptível a forte presença de profissões qualificadas, também existe uma outra de relevo, marcada por uma condição perante o trabalho de inactividade, que são os estudantes, nomeadamente os do ensino superior.

De forma geral, as declarações destes dirigentes sobre a composição social

das respectivas associações são muito próximas dos segmentos da estrutura social identificados por Claus Offe. Assim, a classe média e a classe média-alta (utilizando-se as próprias designações dos entrevistados), como as mais presentes na participação associativa, são evidenciadas sobretudo pelos dirigentes de associações que se batem pela defesa e universalidade dos direitos humanos e cívicos e por outras que se prendem com a reflexividade dos processos de modernização (como o consumo ou o ambiente). Ou seja, domínios de acção exigentes do ponto de vista daquilo que Klaus Eder (1993, 1995) considera ser a estrutura de oportunidade social (nomeadamente o que diz respeito à profissão, escolaridade ou estilos de vida). Tal aspecto reflecte-se num país como Portugal, cuja redefinição do que é politicamente relevante pode, de acordo com Inglehart (1990), estar relacionada com o alargamento da escolaridade e das competências técnico-profissionais.

Contudo, existe também um perfil que se prende com situações de exclusão ou de precariedade no trabalho que, muitas vezes, ancoradas a outras características, como o sentimento de pertença a uma comunidade cultural, étnica, de orientação sexual ou de território, evidenciam, para além de dinâmicas de classe, dinâmicas culturais. Fenómeno que se pode destacar nos Unidos de Cabo Verde e na Opus Gay que, apesar da regularidade de pessoas com escolaridades elevadas, lidam com uma grande diversidade social. Na primeira associação predomina a presença de etnias africanas, sobretudo cabo-verdiana, em que os homens têm profissões como pedreiros, serventes, etc., e as mulheres inserem-se, predominantemente, nos serviços de limpeza, de restauração ou de outro comércio pouco qualificado. O dirigente da Opus Gay salienta que a sua maior base de apoio é realizada por pessoas qualificadas, mas que existem outras com recursos qualificacionais rudimentares, reflectindo-se em situações de desemprego ou de profissões ligadas ao comércio, nomeadamente à restauração.

Os jovens, designadamente os estudantes, são um dos grandes protagonistas nestas formas de participação (mesmo excluindo aquelas participações em que tal condição é a orientação central da associação). Aspecto, sobretudo entre os mais qualificados, já muito testado em estudos sobre participação política, social e cultural (Offe, 1985; Eder, 1995)

Desta forma, e tendo em conta uma análise que articula perspectivas de classe com características como etnia, idade/geração, orientação sexual e género, enquadrando-as em contextos culturais (como sugere o modelo triangular de Eder), encontramos o lado criativo da acção colectiva e das suas formas de participação, que modera de alguma forma a relação entre classe e acção colectiva. Embora existam regularidades de participação de segmentos da estrutura social, as temáticas não são directamente identificáveis com classes e conflitos associados ao modelo de produção tradicional, o que alguns autores designam como próprio dos NMS.

Dirigentes associativos e trajectos de vida

Apesar de não constituir propósito analítico aprofundar aqui as biografias dos dirigentes associativos entrevistados, estas mostram-se, muitas vezes, determinantes na explicação da própria vida e orientação das organizações.

Assim, começa-se por enunciar alguns traços comuns destes percursos. Em primeiro lugar, trata-se de um conjunto bastante qualificado. A maior parte dos entrevistados dispõe de estudos superiores (80%), referindo-se que dois têm doutoramento (da Amnistia Internacional e da Quercus) e que os dirigentes das associações de estudantes e jovens estão ainda a finalizar as suas licenciaturas.

Tais qualificações reflectem-se nas suas inserções profissionais, dominando a docência ou um percurso profissional que já se imiscuiu, ele próprio, com a actividade associativa (o que se poderia designar como dirigentes associativos profissionais). Face a percursos actuais e anteriores sobressaem a presença de professores ou indivíduos ligados à educação (em áreas diversificadas como a história, as línguas, a física e o ambiente) e, também, de profissionais liberais, nomeadamente do sector dos serviços sociais (visível nas formas de aplicação das áreas do direito, da economia ou da sociologia). De forma mais singular, surgem actividades na música e, ainda, um ou outro percurso próximo do mundo cooperativo e operário. É um grupo que, quase na sua totalidade, poderíamos integrar na categoria socioprofissional dos profissionais técnicos e de enquadramento, ou seja, na parcela da estrutura social mais dotada de recursos escolares e qualificações profissionais, tanto no contexto português como no europeu (Costa, Mauritti, Martins, Machado e Almeida, 2000).

Na participação associativa, nomeadamente no lugar de dirigente, é importante a tomada de posição e a capacidade de expressão de uma visão do mundo, “dado que os produtos oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social” (Bourdieu, 1989: 165). Tais qualidades são favorecidas por recursos escolares, associados sobretudo a profissões qualificadas como a docência ou as profissões liberais, tornando estes indivíduos parte do grupo mais bem equipado para transformar e produzir capital político.

As declarações deste conjunto de dirigentes associativos, para além dos recursos escolares e profissionais elevados, apontam para três tipos diversificados de circunstâncias individuais propiciadoras de participação social: um primeiro prende-se com as redes de sociabilidade mais próximas (amigos, colegas ou família); um segundo tem a ver com o confronto ou o lidar com os limites ou insuficiências (do sistema) encontrados em algumas áreas, numa sociedade com processos atribulados de modernização; e um terceiro liga-se a um contexto de forte mudança em que estes dirigentes estiveram envolvidos (sendo o período revolucionário associado ao 25 de Abril o mais representativo), que lhes permitiu uma socialização de participação incorporada até hoje. Alguns dirigentes apresentam, em simultâneo, vários tipos de circunstâncias favoráveis à sua prática de activista.

As dimensões em análise nos trajectos dos indivíduos podem estar

associadas, para além das competências objectivadas em recursos escolares e nas diversas profissões (nas suas condições e situações), não esquecendo redes de sociabilidade, às anteriores e simultâneas socializações organizacionais, substanciadas em inserções político-partidárias e associativas. É interessante verificar que os percursos atravessados em sentido forte pelo derrube da ditadura e próximos dos processos de consolidação de um estado democrático, com vivências de socialização político-partidárias intensas, como é o caso de alguns dos entrevistados, revelam igualmente participações activas em associações partidárias ou corporativas. O que mostra que tais vivências podem criar disposições positivas, também, para formas de participação inovadoras ou alternativas. De facto, a dificuldade em traçar dicotomias de oposição, quer de orientações valorativas quer organizacionais, para a distinção entre os “novos” e os “velhos” movimentos sociais, assenta no facto de alguns dos dirigentes terem tido fortes envolvimento ancorados no “velho” paradigma político, como é o caso das participações partidárias (mesmo que portadoras de novas propostas no cenário político, no quadro da “nova esquerda”) ou associativas de tipo cooperativo, sindical ou de cultura e recreio. Tais experiências passadas, de maior enquadramento nos “velhos” movimentos sociais, têm influências e determinações nas presentes.

As biografias projectadas num espaço público de visibilidade, através da associação ou de outras formas, fazem com que, para além de uma determinada quantidade de qualificações específicas (que não se restringem apenas às qualificações escolares), se torne relevante “o capital pessoal de ‘notoriedade’ e de ‘popularidade’ — firmado no facto de *ser conhecido e reconhecido* na sua pessoa” (Bourdieu, 1989: 191), como sucede com grande parte destes dirigentes. A posse de um conjunto, tão fortalecido, de capitais e disposições para a participação realça um paralelo entre o tipo de actuação destes protagonistas e os do sistema político. Estes dirigentes incorporam durante os seus percursos diversificados de activistas as competências sociais necessárias para a participação, possuindo instrumentos próprios (que obrigam à posse de saberes específicos) para a criação dos seus produtos (discursos, estratégias de mobilização, mediatização, etc.). Assim, constituem um corpo de especialistas, em grande medida, capazes de actuar na subpolítica e nos problemas associados ao estado burocrático e de providência.

Topologias de aprofundamento das dimensões centrais de análise da acção colectiva

Processos para a construção de um espaço topológico de acção colectiva

O entendimento que se foi construindo sobre os vários associativismos revela um espaço social complexo e multidimensional. Desta forma, procura-se, através de uma perspectiva de *topologia social*, aprofundar de forma relacional as dimensões centrais na definição do modelo de análise.

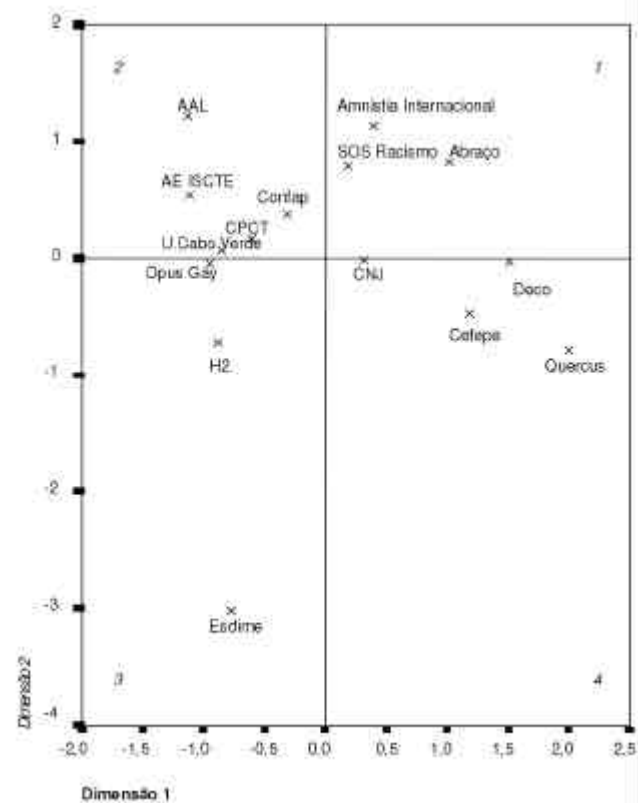
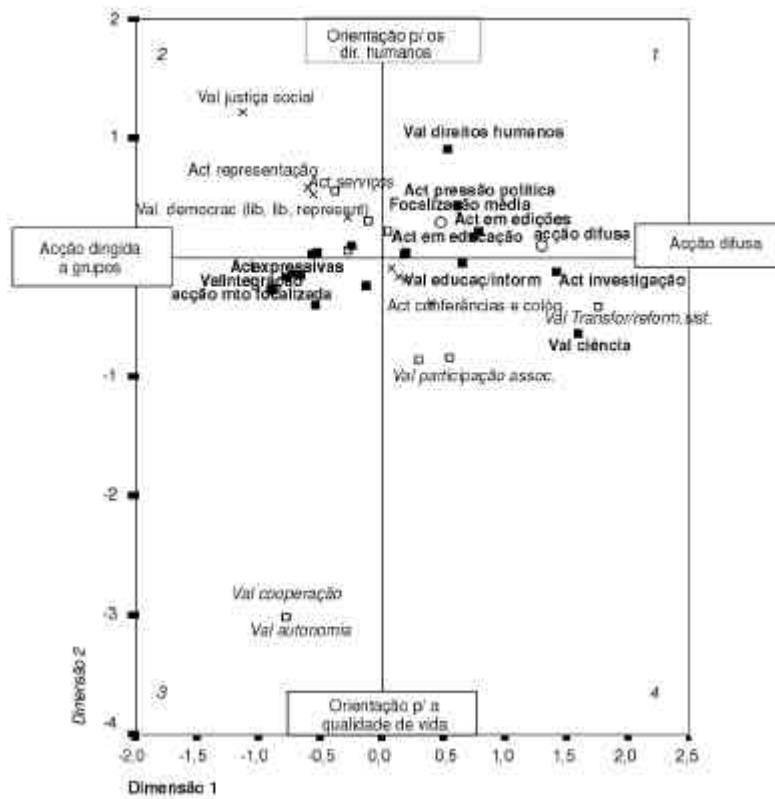


Figura 2 Espaço topológico das actividades e valores das associações

Legenda: ■ (focalização da acção) e **bold**: categorias com capacidade de discriminação na dimensão 1; □ e *italico*: categorias com capacidade de discriminação na dimensão 2; x: categorias com capacidade de discriminação transversal aos dois eixos (a diferença de valores nas duas dimensões é inferior a 0,05).

Nota: algumas categorias situam-se no mesmo espaço, sobrepondo-se o símbolo que as identifica (esta informação serve também para a leitura das figuras seguintes).

Fugindo a um olhar uno e homogeneizador dos actores colectivos emergentes na sociedade portuguesa, procurou-se construir um espaço topológico, aproximando-os ou distanciando-os na sua diversidade. Para tal recorreu-se a uma análise multivariada, mais concretamente à análise de homogeneidade.⁸

Não obstante o método da análise multivariada se mostrar proveitoso, as posições relativas não são representadas sem que se encontrem alguns limites: por um lado, trata-se de discursos em que os actores se posicionam perante as dimensões de forma aprofundada, o que acarreta, para a aplicabilidade da análise em causa, a sua simplificação e redução, no sentido de os transformar em dados qualitativos operacionais; e, por outro, as dimensões utilizadas são essencialmente do tipo representacional e valorativo, associadas ao número reduzido de casos em análise, tornando a sua projecção num espaço social simbólico de difícil objectivação métrica.

Tematizações, domínios de acção e valores

A primeira projecção (figura 2) contempla, entre outras variáveis, as actividades das associações no sentido de ilustrar os seus temas e domínios de acção.⁹ Segundo Melucci e Avritzer, (2000: 520), os NMS e respectivas “exigências conflituais e antagónicas tematizam questões tais como o tempo e o espaço, o nascimento e a morte, a saúde e a doença, a identidade sexual e o controlo de símbolos comunicativos”, procurando apropriá-los com novos significados.

A noção alargada do risco interfere, também de forma decisiva, na actuação destes movimentos sociais. A dimensão de escala global e intergeracional coloca como ameaçada não só a sobrevivência humana mas também, a de outras espécies animais e vegetais, tornando estas questões o centro da agenda política. Os NMS trouxeram como propostas a percepção destes problemas como políticos, incorporando também temas que dizem respeito ao privado, à sexualidade, à intimidade.

Os valores destas associações estão articulados às suas actividades na primeira projecção da *Homals* (figura 2). Como têm defendido alguns autores, os valores que os NMS protagonizam permitem descortiná-los como parte do reportório da

8 A análise multivariada, mais propriamente a *Homals*, mostra-se profícua na projecção de indicadores qualitativos (Carvalho, 1999), construídos através da informação recolhida nas entrevistas a dirigentes associativos. O procedimento de construção de uma base de dados obrigou a reduzir os discursos para que pudessem ser utilizados os dados extraídos para a análise. Previamente a este processo, as entrevistas foram alvo de uma análise de conteúdo (categorial) explorada na tese de mestrado (Martins, 2001), constituindo um ponto de partida para a realização da análise multivariada.

9 As variáveis estão em geral polarizadas (“sim” e “não”). As categorias que não têm uma designação mas que mantêm a sua sinalética nas figuras dizem respeito à negação de uma categoria representada. Tendo por exemplo a figura 2, as categorias sem designação referem-se àquelas que não têm determinadas actividades ou valores.

cultura moderna. Desta forma, Offe (1985) identifica os valores como o aspecto menos “novo” destes movimentos. Daí que a sua inovação não resida na defesa de princípios como a “dignidade e autonomia individual, a integridade das condições físicas da vida, igualdade e participação, paz e formas solidárias de organização social” (Offe, 1985: 849). Nesta medida são contemporâneos das sociedades e instituições em que pretendem actuar, opondo-se, muitas vezes, à forma como se incorpora a racionalidade política e económica. Como adianta Offe (1985: 850), mais do que a adopção de uma crítica antimoderna ou pós-materialista, os NMS realizam uma “crítica ‘moderna’ da modernização”. Ou seja, o que se sugere é a participação destes actores sociais no processo de modernização reflexiva (como a entendem Giddens e Beck) das sociedades actuais. Assim, neste processo poderá existir uma tomada de consciência especialmente preocupada com a desagregação e alguma incongruência entre os valores modernos, como o progresso técnico e a satisfação das necessidades humanas, ou a pobreza e a autonomia, rendimento e identidade, entre outros (Offe, 1985: 850). O surgimento destes novos movimentos justifica-se através da clarificação das contradições internas e inconsistências do sistema de valores da cultura moderna e ainda de alguns conflitos entre valores — trata-se pois de uma “radicalização selectiva dos valores modernos” (Offe, 1985: 853).

No sentido de convocar uma resposta de carácter mais empírico a algumas das questões teóricas levantadas, projectaram-se em primeiro lugar variáveis que se prendem com as actividades dominantes (atendendo também à focalização da sua acção) e os valores que lhes servem de orientação (figura 2). Devido ao número elevado de categorias em análise, apresentam-se duas projecções que posicionam separadamente, por um lado, as que dizem respeito aos valores, actividades e tipo de focalização da acção e, por outro, as que designam as próprias associações, conferindo-lhes uma melhor visibilidade na sua localização referente a um único espaço topológico.¹⁰

A partir da figura 2 é possível construir um mosaico em que se distinguem entre si os vários quadrantes. Ou seja, estamos a falar de perfis associativos cujos valores e actividades principais podem ser posicionados relativamente, constatando-se que um perfil 3 tende a ter actividades do tipo expressivas ou culturais e que os seus valores principais são a integração, a autonomia e cooperação (ou seja, o que posiciona a H2 e a Esdime e, na fronteira entre o quadrante 2 e 3, a Opus Gay e os Unidos de Cabo Verde). Contudo, no interior do quadrante 3, a Esdime (associação de desenvolvimento local) encontra-se um pouco distanciada das restantes, tornando próximos os valores da cooperação e da autonomia (mostrando um projecto identitário singular face às restantes encontradas neste quadrante). Em oposição está o quadrante 1, no qual se associam actividades de pressão política, de publicação, de documentação e de educação/formação, conjugadas com os valores dos direitos humanos (aspectos reconhecidos na Amnistia Internacional, no SOS Racismo e na Abraço).

Em relação à focalização da acção, damos conta de um perfil mais dirigido a

10 Para aprofundamento deste tipo de procedimento consultar Carvalho (1999).

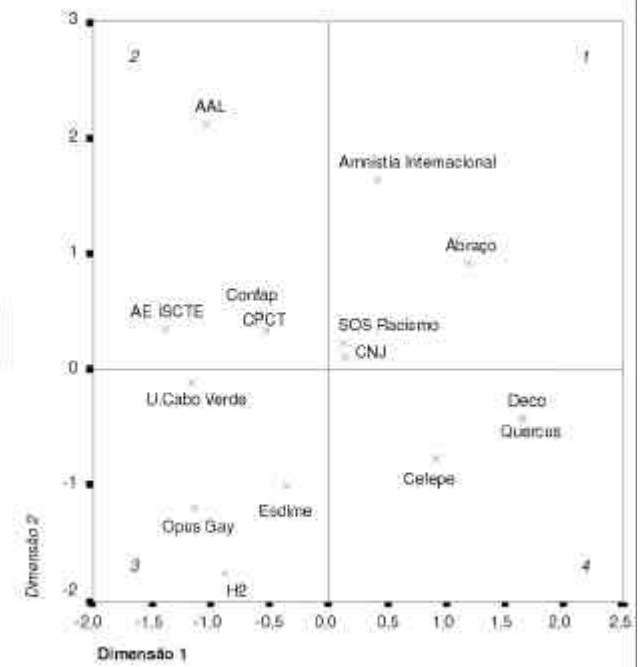
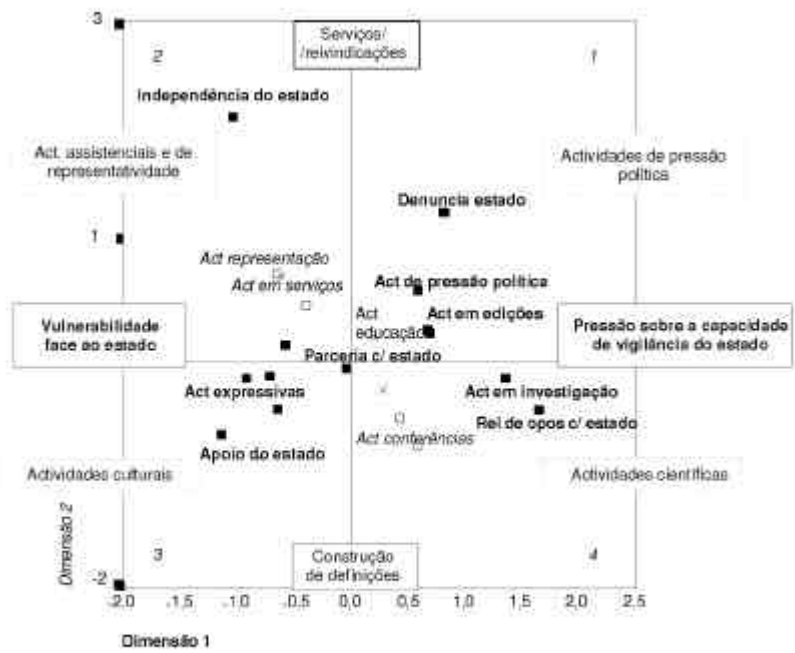


Figura 3 Espaço topológico das actividades das associações e as das relações com o estado

Legenda: ■ e **bold**: categorias com capacidade de discriminação na dimensão 1; □ e *italico*: categorias com capacidade de discriminação na dimensão 2; x: categorias com capacidade de discriminação transversal aos dois eixos (a diferença de valores nas duas dimensões é inferior a 0,05).

grupos específicos no quadrante 3 e de acção difusa (ou pelo menos de focalização média) no quadrante 1.

Os quadrantes 2 e 4 opõem actividades de representação de outras organizações e de serviços assistenciais (que caracterizam a AAL, a CNJ e também a Confap), conjugadas com valores da democracia e de justiça social (quadrante 2), a outras cujas principais acções são conferências, colóquios ou seminários (próximas, ainda assim, das dedicadas à informação e educação), em conjunto com os valores da participação e da ciência (destacando-se a Cefepe, com alguma proximidade à Quercus e à Deco) (visível no 4).

Apesar de este ser o desenho mais ou menos linear dos quadrantes, se tivermos em linha de conta a dimensão 1 da figura 2, constatamos uma forte associação entre as actividades em investigação com orientações para a transformação e a concepção reformista do sistema (onde a Quercus e a Deco tomam lugar neste espaço simbólico), em oposição ao grupo mais próximo das actividades culturais de grupos. Ainda na análise da dimensão 1, verifica-se que as nem sempre convergentes organizações de estudantes e jovens ficam aqui mais próximas das que têm um forte pendor identitário nas actividades culturais, aspecto expressivo na postura de acção orientada para grupos (característica que aproxima a este grupo a associação CPCT).

Na parte superior da figura 2 (nos quadrantes 1 e 2), é notória a orientação para um conjunto de valores, com reflexos no tipo de actividades exercidas, que se prendem com a justiça social, os valores da democracia (nomeadamente no que diz respeito à igualdade e representatividade) e os direitos humanos. Por outro lado, a parte inferior da figura sugere-nos uma orientação para valores como a cooperação, a autonomia, a possibilidade de reformar o sistema e a ciência (como valor e actividades), reveladora da predominância de preocupações com a qualidade de vida, associada tanto à vivência de uma identidade como à eminência de riscos e perturbação de uma boa realização de estilos vida.

Salientem-se as actividades em educação e formação como pouco discriminadoras, face aos eixos que dividem o espaço topológico, pois a sua regularidade é consonante com as perspectivas que classificam as sociedades contemporâneas como iminentemente educativas e de informação.

As associações mais marcadas pelo sentido da identidade, sobretudo as que se prendem com as minorias, têm de forma mais preponderante actividades culturais e assistenciais ou de prestação de serviços. Se isolarmos as de estudantes e as dos jovens deste grupo, somamos-lhes actividades em pressão e confronto político e representatividade. As associações de direitos humanos têm em comum com as mais identitárias as actividades assistenciais, mas reforçam as actividades em edições e serviços de informação, pressão e confronto político. As de causas globais situam-se essencialmente em actividades científicas (aliando a investigação às conferências, colóquios e seminários, às edições e serviços em informação) e em actividades de oposição e confronto político. As de actuação no sistema social escolar, no que diz respeito às actividades, mostram-se muito distintas, pois se por um lado uma delas protagoniza actividades científicas (a Cefepe), a outra revela actividades assistenciais e de representação (a Confap) em afinidade com as de estudantes.

Contextos sociopolíticos e relações com o estado

Os movimentos sociais, e perspectivando as associações em análise, têm colocado as fronteiras tradicionais da política além “da esfera construída pelo estado-nação — do seu *aparatus* de tomada de decisão, partidos, leis, e institutos públicos” (Roche, 1995: 190).

De acordo com a proposta de Eisenstadt, existem dois aspectos fundamentais envolvidos no processo político e que permitem compreender a importância e o impacto dos movimentos sociais nas sociedades modernas: “em primeiro lugar, o nível geralmente elevado da politização potencial de muitos problemas e as exigências de vários sectores da sociedade e dos conflitos entre eles; em segundo lugar, a luta contínua em torno da redefinição do domínio político” (Eisenstadt, 2000: 48). Segundo este autor, um dos processos mais importantes, que contribuiu para o programa cultural e político moderno (com tensões e conflitos), foi a consolidação e constituição de colectividades de um novo tipo e o incremento de novas relações do estado com a sociedade, manifesto numa multiplicidade de centros de poder, nos vários tipos de sociedade civil, nas transformações dos processos políticos e ainda no desenvolvimento do capitalismo (que deu origem à economia política do capitalismo industrial).

No sentido de se conhecer os contextos de actuação destas 15 organizações, procurou-se relacionar indicadores sociopolíticos (consubstanciados pelas ideologias e relações com o estado) com o tipo de actividades realizadas. Contudo, para evitar que se anulassem as diferenças entre os actores envolvidos na análise, suprimiu-se o indicador referente aos valores sociopolíticos (posicionamento esquerda-direita), mantendo-se apenas as relações com o estado, aspecto distintivo entre estas organizações. De facto, os dirigentes entrevistados evidenciam as suas actividades e lógicas de acção como distantes e exteriores às classificações clássicas de esquerda-direita. No entanto, quando questionados sobre qual a proximidade que mantêm com estas ideologias políticas, tendem a mostrar maior identificação com a esquerda.

Até metade dos anos 70 contávamos com uma linha contínua onde nos seus extremos encontrávamos a esquerda e a direita nas suas feições mais radicalizadas. Neste hiato era possível colocar os actores colectivos sociais e políticos de maior relevância (Offe, 1985). Este universo político, onde o que valia era o crescimento e a segurança, foi atravessado por uma terceira dimensão, as lutas contra as irracionalidades da modernização. Segundo Beck (1994a e 1994b), a dicotomia esquerda-direita, como metáfora de ordenação do que é político na sociedade industrial, pode ser secundarizada em favor de novas formas de olhar o político, o ideológico e os conflitos teóricos. Beck apoia o seu conceito de modernidade reflexiva através da distinção entre “política” (a do sistema político) e “subpolítica” (política subsistémica autónoma). Esta diferencia-se daquela porque se trata de agentes (colectivos e individuais) exteriores ao sistema político ou corporativo, integrando os grupos de profissionais e grupos ocupacionais, a *intelligenza* técnica das empresas, as instituições de investigação e quadros de gestão, os trabalhadores qualificados, as iniciativas de cidadania, a esfera pública e outras.

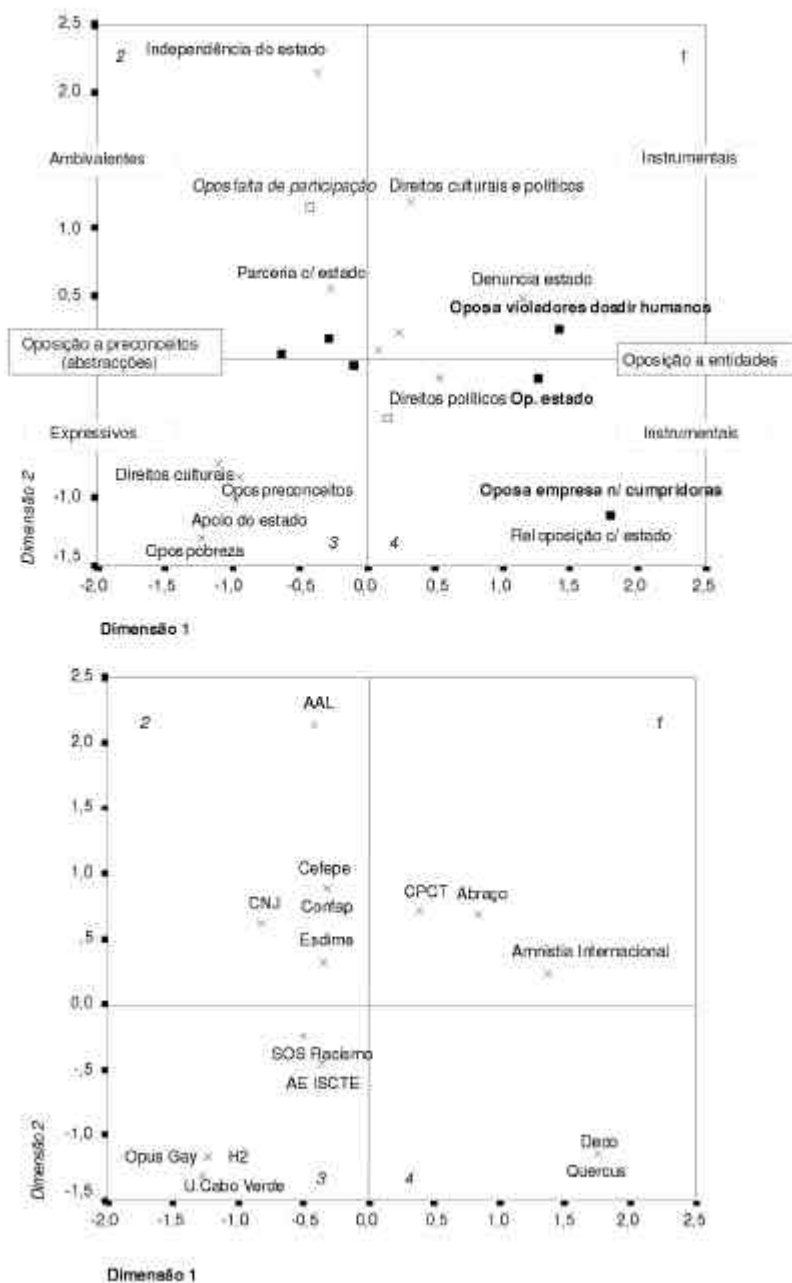


Figura 4 Espaço topológico dos direitos defendidos, das oposições a “inimigos” e das relações com o estado

Legenda: ■ e **bold**: categorias com capacidade de discriminação na dimensão 1; □ e *italico*: categorias com capacidade de discriminação na dimensão 2; x: categorias com capacidade de discriminação transversal aos dois eixos (a diferença de valores nas duas dimensões é inferior a 0,05).

A análise respeitante à figura 3 tem como variáveis de referência as actividades — o que permite manter em certa medida um elo comunicacional com a anterior — e as relações que estas organizações mantêm com o estado. Também aqui as associações estão projectadas em paralelo, mas dando conta de uma mesma análise de homogeneidade. A sua análise converge em boa medida com a da figura 2.

O quadrante 3, mais condicionado pelo apoio do estado quanto às suas actividades, evidencia projectos mais identitários e de autodefinição. As associações mais sensíveis aos apoios do estado têm a sua dinâmica prisioneira das disposições e sentidos positivos dessa relação, condicionando as suas formas de afirmação. Aspecto intimamente ligado às próprias dimensões organizacionais, com reflexos na sua capacidade de profissionalização e descentralização da acção, na criação de redes de trabalho e na forma como se disponibilizam para intervir num espaço público. No quadrante 1, as actividades de pressão política associam-se a uma postura de denúncia do estado (respeitantes às organizações que na figura 2 se mostravam como as guardiãs dos direitos humanos). No quadrante 4, as organizações centradas em investigação (que procuram construir conceitos sobre a realidade), cujas actividades resultam em conferências, colóquios ou seminários, mantêm uma relação de oposição às políticas do estado mesmo que isso seja marcado por momentos de colaboração. A relação entre estas características permite testar positivamente a proximidade entre a Quercus e a Deco e, já com alguma distância, a Cefepe. No quadrante 2, destaquem-se os estudantes na independência, não obrigatoriamente económica, face ao estado, sobretudo, a AAL (a mais distanciada das restantes organizações desse quadrante), associando-se no conjunto do quadrante as actividades de representatividade e de serviços. De perfil semelhante, encontra-se a Confap, reflectindo uma certa proximidade dos estudantes à participação dos pais, ambos actantes no sistema educativo.

Perto do cruzamento dos dois eixos encontram-se aquelas organizações mais próximas das relações de parceria com o estado, com actividades em educação e em edições e publicações (o que de forma pontual aproxima o CNJ ao SOS Racismo).

Construção de identidades colectivas: direitos defendidos e identificação dos "inimigos"

As variáveis tidas em conta para a próxima análise prendem-se com os direitos que estão no centro da acção destas associações, com as suas formas de oposição e, novamente, com as relações com o estado. Numa primeira operacionalização da análise da homogeneidade a "oposição às elites políticas (*lobbies*) e económicas" mostrou-se ineficaz, convergindo quer com a irrelevância teórica, quer com a declarada pelos dirigentes (apenas a associação Esdime o pronunciou).¹¹ Desenvolve-se, assim, um

11 O valor de discriminação associado é inferior a 0,10.

segundo ensaio sem a sua utilização (figura 4), o que aumentou os valores próprios da análise.¹²

Em relação à figura 4, o quadrante que mostra um agregado de categorias mais coeso é o 3, aliando o apoio do estado às estruturas organizativas, em geral frágeis, que lutam por direitos culturais, fazendo com que a sua estratégia de oposição não seja direccionada a entidades mas sim a (pré)conceitos ou abstracções. Localizam-se também neste quadrante, quando ponderadas estas variáveis, o SOS Racismo e a AE do ISCTE, um subgrupo distinto das organizações de pendor mais identitário. No quadrante 1, temos um perfil associativo que se pauta pela oposição aos violadores dos direitos humanos, tendo como estratégia dominante a denúncia e condicionamento político dos estados perpetradores. Assim, a preocupação com a defesa de direitos políticos e culturais reverte a favor daqueles cuja defesa não seja garantida de forma eficaz (ausenta-se desta análise específica o SOS Racismo). Observando o quadrante 2, podemos salientar a falta de participação como a adversidade mais marcante da vida colectiva, o que, um pouco ao arpejo duma concepção tipológica apriorística, aproxima as associações de estudantes e de juventude às de intervenção no sistema escolar, embora com relações distintas face ao estado (os primeiros de maior independência e os segundos de parceria e colaboração). Resta-nos o quadrante 4, marcado pela oposição ao estado e às empresas que não cumpram as propostas programáticas das associações em causa; são por isso aquelas em que podemos esperar que as suas conquistas se centrem essencialmente em direitos políticos. Tal perfil substancia-se na Quercus e na Deco, pertencentes a um dos grupos analisados com maior coerência interna. Os quadrantes 1 e 4 ilustram uma intervenção activa no condicionamento político e na luta pelos direitos essencialmente políticos, o que, na definição de Rucht (1990), salienta o seu perfil instrumental e de condicionamento do poder das elites políticas ou administrativas.

As associações analisadas deram grande centralidade às actividades que se relacionam com a educação e formação. Tal revelou-se importante sob vários pontos de vista. Em primeiro lugar, sendo válido essencialmente para as associações que defendem grupos minoritários que se situam nas “margens” do social, permite entender a educação como forma de integração e autonomia de “subculturas” ou “contraculturas”; em segundo, mostra que, dotando um número cada vez maior de pessoas com informação sobre as questões em causa, melhor preparadas se encontram para o exercício da cidadania nas várias temáticas; em terceiro, evidencia que os recursos escolares, em termos mais gerais, servem como instrumentos para o alargamento e aprofundamento da estrutura de oportunidade social propiciadora de participação e mobilização cívica e política. Por estas razões, os novos associativismos promovem iniciativas em educação próprias e em parceria com as instituições escolares.

12 Esta figura 4 é a única, no conjunto das três, em que não se classificaram as extremidades do eixo que dizem respeito à dimensão 2. Tal deve-se ao facto de este se apresentar muito menos relevante face à dimensão 1 na estruturação das categorias no espaço topológico em análise, tendo sido na figura 2 onde a classificação dessa dimensão se realizou com maior segurança.

As *Homals* aqui realizadas não dão conta de todas as dimensões a que se deu algum destaque na análise de conteúdo, como é o caso da posição social dos activistas e aderentes a estas associações ou mesmo de perspectivas de análise mais organizacional. Tal deve-se, por um lado, ao facto de estas serem muito homogeneizantes, ou seja, não serem criadoras de distinção entre os vários perfis associativos e, por outro, porque as variáveis, nomeadamente as que melhor ilustram as formas organizacionais, ou não têm grande poder de associação às variáveis testadas ou não são facilmente parametrizáveis como exige a técnica estatística em referência.

Considerações finais

No fecho deste texto uma dúvida subsiste: quais as características que nos asseguram a qualidade de “novo” nos movimentos sociais contemporâneos? Tendo como objecto empírico o associativismo, podemos salientar que existem algumas propriedades destes NMS que os distanciam dos movimentos tradicionais (pelo menos nos moldes como estes têm sido teorizados). Assim, as áreas temáticas em que actuam são uma dessas características. Na realidade aquelas estão marcadas pelos contextos das sociedades contemporâneas, associadas por um lado à afirmação de identidades (minorias sexuais, étnicas, regionais, etc.) e, por outro, à noção de risco e de perda de confiança nas instituições modernas (o que leva associações a mobilizarem-se em torno do ambiente, do consumo, da saúde, com o exemplo clarividente da sida, dos direitos humanos, etc.).¹³ Outra característica, como aliás as suas temáticas sugerem, é a fragmentação (em termos de interesses, dinâmicas, lógicas de acção, etc.), repercutindo-se na própria produção sociológica sobre esta problemática (Roche, 1995), nomeadamente na dificuldade de delinear perfis independentes, pois mesmo quando essas tentativas são levadas a cabo existem dimensões que apresentam formas comuns intermovimentos e distintas intramovimentos (expressa também nas distâncias e proximidades entre as associações). Tal constatação torna-se convergente com a dificuldade de um consenso alargado e aprofundado sobre as teorias que acompanham analiticamente este fenómeno social.

Ainda relacionado com a análise dos temas de que estes movimentos sociais são protagonistas, está o distanciamento da esfera da produção, trabalho e salários, etc. (não querendo dizer que se encontram de todo afastadas da esfera económica, veja-se o exemplo de associações como a Deco), enquanto lugar de interesses e de conflitos. São os direitos culturais e políticos, como sugere Eder (1993 e 1995) e como se verificou na análise de conteúdo de entrevistas, que constituem um dos

13 O recente acontecimento do Fórum Social Português (Junho de 2003) dá conta desta diversidade temática do associativismo em Portugal, enquanto plataforma de discussão e mobilização por aquilo que dizem ser um mundo mais pacífico, justo, solidário e sustentável.

principais tipos de orientação destas associações e pelos quais, muitas vezes, se envolvem em conflitos.

É interessante verificar que alguns destes dirigentes têm, também eles, uma percepção do trabalho das respectivas associações como “novo”. Esta diz respeito, sobretudo às temáticas, mas também aos métodos de trabalho (entre os quais se destacam a educação e a formação) e à capacidade de divulgação da informação. Alguns dirigentes focaram ainda como inovadora a forma como estas associações promovem a possibilidade de a sociedade se pensar a si própria, imprimindo aquilo a que Melucci se referia como a forma auto-reflexiva da acção dos fenómenos colectivos contemporâneos.

Numa nota final, não se considerou aqueles que constituíram o objecto de estudo, os NMS, como fenómenos linearmente distintos e que derivam de uma evolução por etapas dos “velhos” movimentos sociais. Aspecto ainda mais evidente se se tiver em atenção o contexto nacional, em que, com uma democracia recente, se assistiu a movimentos com lógicas comuns, cruzando temáticas e organizações inovadoras com formatos mais tradicionais. Trata-se pois de um mosaico multipartido, com formas mais progressistas e outras mais tradicionalistas de acção colectiva, que no cenário português ganham um recorte particularmente original.

Referências bibliográficas

- Appleton, Andrew (1999), “The new social movement phenomenon: placing in comparative perspective”, *West European Politics*, 22 (4), pp. 57-75.
- Beck, Ulrich, Anthony Giddens, e Scott Lash (1994), *Reflexive Modernization*, Cambridge, Polity Press.
- Beck, Ulrich (1994a), “The reinvention of politics: towards a theory of reflexive modernization”, em Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash, *Reflexive Modernization*, Cambridge, Polity Press.
- Beck, Ulrich (1994b), “Replies and critiques — self-dissolution and self endangerment of industrial society: what does this mean?”, em Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash, *Reflexive Modernization*, Cambridge, Polity Press.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, Paris, Editions du Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1989), *Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- Bourdieu, Pierre (1997), *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora.
- Carvalho, Maria do Carmo (1998), “Sociedade civil, estado e terceiro setor”, *São Paulo em Perspectiva*, 12 (4), pp. 83-91.
- Carvalho, Helena (1999), *Variáveis Qualitativas na Análise Sociológica: Exploração de Modelos Multidimensionais*, dissertação de doutoramento, Lisboa, ISCTE.
- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado, e João Ferreira de Almeida (2000), “Classes sociais na Europa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp. 9-46.

- Diani, Mario (1992), "The concept of social movement", *The Sociological Review*, 40 (1), pp. 1-25.
- Diani, Mario (1993), "Themes of modernity in new religious movements and new social movement", *Social Science Information*, 32 (1), pp. 111-131.
- Eder, Klaus (1993), *The New Politics of Class: Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*, Londres, Sage Publications.
- Eder, Klaus (1995), "Does social class matter in the study of social movements? A theory of middle-class radicalism", em Louis Maheu (org.), *Social Movements and Social Classes: The Future of Collective Action*, Londres, Sage Publications, pp. 21-54.
- Eisenstadt, S. N. (2000), *Os Regimes Democráticos: Fragilidade, Continuidade e Transformabilidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Estanque, Elísio (1999), "Acção colectiva, comunidade, e movimentos sociais: para um estudo dos movimentos de protesto público", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 55, pp. 85-111.
- Giddens, Anthony (1994), "Living in a post-traditional society", em Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash, *Reflexive Modernization*, Cambridge, Polity Press (tradução portuguesa de Maria Amélia Augusto, *Modernidade Reflexiva*, Oeiras, Celta Editora, 2000).
- Giddens, Anthony (1995), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Habermas, Jürgen (1994), *Técnica e Ciência como "Ideologia"*, Lisboa, Edições 70.
- Inglehart, Ronald (1990), *Culture Shift, in Advanced Industrial Society*, Oxford, Princeton University Press.
- Lopes, Alexandra (2000), "Organizações não governamentais, políticas sociais e desenvolvimento organizacional: *welfare mixes* em Portugal no domínio da luta contra a VIH/SIDA", *Sociologia*, 10, pp. 131-172.
- Maheu, Louis (1995), "Introduction", em Louis Maheu (org.), *Social Movements and Social Classes: The Future of Collective Action*, Londres, Sage Publications, pp. 107-119.
- Martins, Susana da Cruz (2001), *Associações e Modos de Acção Colectiva no Âmbito dos Novos Movimentos Sociais*, tese de mestrado, Lisboa, ISCTE.
- Melucci, Alberto, e Leonardo Avritzer (2000), "Complexity, cultural pluralism and democracy: collective action in the public space", *Social Science Information*, 39 (4), pp. 507-527.
- Melucci, Alberto (1995), "The new social movements revisited: reflections on a sociological misunderstanding", em Louis Maheu (org.), *Social Movements and Social Classes: The Future of Collective Action*, Londres, Sage Publications, pp. 107-119.
- Offe, Claus (1985), "New social movements: challenging the boundaries of institutional politics", *Social Research*, 52 (4), pp. 817-868.
- Pakulski, Jan (1995), "Social movements and class: the decline of the marxist paradigm", em Louis Maheu (org.), *Social Movements and Social Classes: The Future of Collective Action*, Londres, Sage Publications, pp. 55-86.
- Roche, Maurice (1995), "Rethinking citizenship and social movements: themes in contemporary sociology and neoconservative ideology", em Louis Maheu (org.), *Social Movements and Social Classes: The Future of Collective Action*, Londres, Sage Publications, pp. 186-219.

- Rucht, Dieter (1990), "The strategies and action repertoires of new movements", em Dalton Russel e Manfred Kuechler (orgs.), *Challenging the Political Order: New Social and Political Movements in Western Democracies*, Cambridge, Polity Press, pp. 156-175.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Afrontamento.
- Touraine, Alain (1994), *Crítica da Modernidade*, Lisboa, Instituto Jean Piaget.
- Touraine, Alain (1999), *Como Sair do Liberalismo*, Lisboa, Terramar.
- Turner, Bryan (1989), *Status*, Lisboa, Editorial Estampa.

Susana da Cruz Martins. Socióloga. Investigadora do CIES e docente na Escola Superior de Educação de Santarém. *E-mail*: susana.martins@iscte.pt